



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Conselhos profissionais querem regras para definir diplomas

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 29/9/2010



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 29/9/10
Assunto: Conselhos profissionais querem definir regras para validar diplomas		Página: Online

Conselhos profissionais querem definir regras para validar diplomas

Quantos anos um dentista precisa estudar para se tornar um Ortodontista? O que um fisioterapeuta precisa saber para atender como acupunturista? Projeto de lei (7642/10) do deputado Wilson Picler, do PDT paranaense, quer dar aos conselhos profissionais o direito de responder a essas perguntas.

Segundo a Rádio Câmara, pela proposta, diplomas e certificados de cursos de pós-graduação só poderão ser aceitos se atenderem às exigências dos conselhos, além das já definidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Os conselhos poderiam definir, por exemplo, uma carga horária mínima superior à estabelecida pelo MEC, como explica Wilson Picler.

"O MEC não pode estabelecer regra para pós-graduação lato sensu para cada área do conhecimento. Então, ele faz uma regra geral mínima. No entanto, cada profissão exige uma determinada quantidade de horas para você abordar aqueles temas todos, a quantidade de horas práticas, em laboratório. A regra geral do MEC não trata desse assunto. No entanto, para se formar um especialista em ortodontia, eu perguntei aos especialistas, são necessários no mínimo dois anos, porque é o período que o tratamento de uma pessoa leva".

A carga horária mínima exigida pelo MEC para cursos de especialização é de 360 horas. Mas, para o Conselho Federal de Odontologia, seriam necessárias, no mínimo, duas mil horas para se formar um bom ortodontista.

Como explica Jaime Bicalho, ex-presidente do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal e participante de audiência pública realizada na Câmara, em maio deste ano.

"O CFO determinou que o mínimo de horas-aula do curso lato sensu da especialidade de Ortodontia sempre foi mil horas e nós buscamos nessa audiência pública passar esse número de horas para duas mil horas devido à gravidade que é tratar um paciente nessa especialidade. A população precisa de profissionais bem preparados, porque essa especialidade pode mudar em definitivo a oclusão do paciente, o perfil do paciente".

A qualidade na formação dos profissionais é, portanto, segundo Picler, o principal objetivo do projeto. Além de trazer segurança jurídica aos cidadãos que buscam se preparar para o mercado de trabalho.



"Às vezes, os conselhos não querem registrar a especialização do cidadão, porque, não, para você ser um especialista em Ortodontia, aqui para nós, precisa de duas mil horas, esse seu curso tem só 360 horas. Aí o cidadão entra na Justiça porque o curso atendeu as regulamentações do MEC. Então, para evitar esse tipo de confusão, de conflito, eu acho que algumas especialidades poderiam sim estabelecer regras adicionais para que tenham valor legal dentro da profissão, no âmbito daquela profissão".

O projeto está em análise na Comissão de Trabalho. Em seguida, deverá ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 29/9/10
Assunto: Educação é o destaque		Página: 4 e 5

DEBATE NA RBS TV **Educação é o destaque**

Para falar sobre educação, Ideli perguntou a Angela o que ela trazia de diferente para o debate, além dos compromissos com o piso nacional, a educação continuada e a compra da merenda e dos uniformes no Estado. Angela disse que a verdadeira descentralização é cada escola ter um orçamento próprio. Ideli prometeu eleição direta de diretores. Sobre emprego, Angela perguntou a Martins sobre os jovens. O candidato disse que o PSOL luta pela redução da jornada de trabalho. Angela prometeu a criação uma bolsa para manter os estudantes na escola e a Universidade do Trabalhador. Para o tema corrupção, Martins perguntou se Colombo defende o financiamento público de campanhas. Colombo disse que sim, mas com a implantação do voto distrital misto. Martins afirmou que sem financiamento público, os candidatos defendem interesses privados.

Colombo perguntou a Novaes o que ele achava do modelo de agricultura do Estado. Novaes disse que falta financiamento para os pequenos agricultores gerenciarem o escoamento de seus produtos. Colombo falou da necessidade de obras para não perder empresas de agronegócios para outros estados. Novaes e Carmelito falaram sobre saúde. Novaes defendeu a organização da rede de saúde. Carmelito disse que é preciso pagar exames e cirurgias privados para reduzir as filas.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 29/9/2010
Assunto: A polêmica das taxas da UFSC		Página : 10

Educação. Ministério Público tenta acabar com cobrança

A polêmica das taxas da UFSC

ALINE REBEQUI

aline@noticiasdodia.com.br

FLORIANÓPOLIS - O Ministério Público Federal tenta impedir a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) de cobrar taxas dos estudantes, com o argumento de que trata-se de uma instituição pública onde o ensino - incluindo os serviços associados a ele - deve ser gratuito. A cobrança de taxas chegou a ser suspensa, mas entrou em vigor novamente no início do segundo semestre letivo deste ano.

A procuradora da República Análucia Hartmam enviou à universidade uma recomendação que pede a revogação da cobrança de taxas dos alunos. De acordo com a procuradora, a medida tomada pela universidade fere a Constituição por ir contra o princípio de gratuidade do ensino público. Dentro da universidade, um grupo de estudantes também está mobilizado para abolir as taxas, que variam de R\$ 50 a R\$ 2 mil.

Justiça.

A cobrança, instituída em 2000, foi suspensa em 2008 pela Justiça em ação do Ministério Público. Em agosto deste ano, as taxas voltaram a ser cobradas depois de uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que considerou válida a resolução da UFSC. As taxas são cobradas para serviços como segunda via de diploma, matrícula de aluno em disciplina em que reprovou por faltas e revalidação de diplomas de universidades estrangeiras - a taxa de valor mais alto, (R\$ 2 mil).

Para o aluno de história Bruno Mandelli, engajado em um movimento de estudantes contra a medida, todas as taxas cobradas podem impedir a permanência do aluno na universidade, já que, se precisar se matricular em disciplinas em que reprovou por falta, terá que desembolsar R\$ 100 para cada uma. "É um custo muito alto para quem estuda em uma universidade pública. Se o aluno não tem como pagar, precisa parar de estudar", diz. Amanhã, os estudantes pretendem fazer uma assembleia e tentar discutir o problema com a reitoria.

“É um custo muito alto. Se o aluno não tem como pagar, precisa parar de estudar.”

Bruno Mandelli, estudante



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 29/9/2010
Assunto: A polêmica das taxas da UFSC		Página : 10

Universidade defende a medida

A pró-reitora de Ensino de Graduação, Yara Müller, encaminhou nesta semana uma justificativa da cobrança ao Ministério Público Federal explicando como funciona cada uma das taxas cobradas. Segundo a pró-reitora, dos 15 valores cobrados somente um se aplica aos alunos da UFSC. O restante, em especial os mais caros, é destinado a alunos de outras instituições que obtiveram seus títulos de graduação e pós-graduação no Brasil ou no exterior. "O único item aplicável aos alunos da UFSC é o que incide sobre a matrícula em disciplina

com reprovação por frequência insuficiente, no valor de R\$ 100. Além disso, dependendo do motivo apresentado pelo aluno, as taxas não são cobradas", explica a pró-reitora.

De acordo com justificativa encaminhada à Procuradoria da República o dinheiro recebido, além de pagar pelo serviço, seria destinado à melhoria dos centros universitários, como compra de material e equipamentos para laboratórios. A resolução normativa que trata das taxas isenta alunos especiais ou ouvintes comprovadamente carentes.

TAXAS	Serviços cobrados pela UFSC
→ Revalidação de diploma de cursos de graduação no exterior: R\$ 2 mil	aperfeiçoamento: R\$ 200
→ Reconhecimento de diploma de curso de pós-graduação no exterior: R\$ 1.200 (mestrado) e R\$ 1.800 (doutorado)	→ Segunda via de certificado de disciplina isolada, ou na qualidade de aluno ouvinte de curso de graduação ou de pós-graduação: R\$ 100
→ Registro de diploma expedido por outras instituições de ensino superior catarinenses: R\$ 150 (primeira via) e R\$ 300 (segunda via)	→ Segunda via de certificados de conclusão de curso na educação básica: R\$ 200
→ Apostilamento de alteração de dados pessoais: R\$ 50	→ Segunda via de histórico escolar de curso de graduação ou pós-graduação: R\$ 200
→ Apostilamento de novas habilitações: R\$ 50	→ Matrícula em disciplina de curso de graduação ou de pós-graduação com reprovação por frequência insuficiente: R\$ 100
→ Segunda via de diploma de curso de graduação ou pós-graduação: R\$ 300	→ Matrícula por disciplina de alunos especiais em disciplina isolada, ou na qualidade de aluno ouvinte de curso de graduação e de pós-graduação: R\$ 50
→ Segunda via de certificado de especialização ou	

FONTE | RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº. 03 DE 05 DE JULHO DE 2010



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 27//09/10
Assunto: Movimentos estudantis: a nova militância		Página: online

Movimentos estudantis: a nova militância

Ausência de grandes causas tira apelo da militância, mas há coisas novas no front, como cotistas e grupos apartidários

O movimento estudantil no Brasil tem hoje causas tão distintas como a disputa por recursos do pré-sal, a inclusão social e a redução da tarifa de ônibus. Melhor, então, falar no plural, de movimentos estudantis. Apesar da partidarização excessiva e das contestações à liderança da União Nacional dos Estudantes, há coisas novas no front. As cotas, por exemplo, levaram à universidade um público que se mobiliza por medidas práticas, não slogans distantes. Mesmo a militância tradicional modificou seu modelo de atuação, com as redes sociais.

Veja as outras matérias do Estadão.edu

“Eles utilizam intensivamente as novas tecnologias de informação e comunicação, que também funcionam como instrumentos de participação, mobilização e criação de identidade”, diz o pesquisador Breno Bringel, do Grupo de Estudos Contemporâneos da América Latina da Universidade Complutense de Madri. Para ele, a nova militância pode ser chamada de “geração Fórum Social Mundial” – jovens que acreditam num outro mundo possível, embora não saibam ao certo como chegar lá. “Talvez essa seja sua maior riqueza, ter diálogos diferentes da esquerda.”

O atual presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, Marcelo Chilvarquer, acha que o movimento estudantil ainda é um espaço privilegiado de discussão. “Apatia é o que não tem aqui. Temos amor ao debate. É o preço da democracia.” Seu opositor nas Arcadas, Francisco Brito Cruz, da chapa Fórum de Esquerda, concorda. “É muito emocionante defender uma ideia na qual você acredita.”

A USP, aliás, é um bom espelho da fragmentação do movimento. Além da chapa que comanda o Diretório Central dos Estudantes, há dezenas de correntes atuantes, como o Movimento Negação da Negação, Grupo de Mulheres Pão e Rosas, Movimento A Plenos Pulmões e Liberdade USP. Eles defendem direitos das mulheres, homossexuais e negros, um mundo mais “igualitário” e causas específicas, como a ampliação das linhas de ônibus na Cidade Universitária.

Para o doutorando em Literatura Brasileira Dário Neto, de 33 anos, o espaço da militância se tornou mais plural. Engajado, ele já participou de greves na USP, mas se sentia discriminado por ser homossexual. “Aconteciam manifestações homofóbicas, piadas. Não há como lutar pela articulação do estudante se isso não leva em conta toda a sua diversidade.” Ele incentivou a criação do Prisma, grupo de discussão sobre gênero ligado ao diretório.



Como Dário, membros de cada corrente tentam convencer colegas da urgência de sua causa. “É difícil envolver e organizar. Ainda há preconceito de que política é para políticos profissionais. Queremos quebrar essa visão”, diz Natalie Drummond, filiada ao PSOL e integrante da chapa Para Transformar o Tédio em Melodia, que controla o DCE.

Adversário de Natalie nas últimas eleições para o diretório, o aluno de História Rodrigo Souza Neves, de 23, da Liberdade USP (antiga chapa Reconquista), vê excesso de influência partidária no DCE. “Somos a favor da democracia representativa, eles defendem o socialismo e não toleram divergências. Nós nos preocupamos com questões internas, como linhas de ônibus no câmpus. E eles, com a reforma agrária.”

Mudança no Sul

Privilegiar temas do interesse direto de estudantes é uma bandeira que tem sido levantada em outros Estados também. Em novembro, após 40 anos de domínio da esquerda, uma chapa apartidária venceu a eleição para o DCE da Federal do Rio Grande do Sul, universidade onde estudou a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff. Seu presidente, o aluno de Administração Renan Pretto, de 20, defendeu na campanha mais segurança no câmpus, item irrelevante na agenda da militância mais revolucionária. Para alguns universitários, a eleição no DCE representou uma “invasão da direita” na UFRGS. “Os outros grupos estão mais preocupados com questões externas, ligadas ao Irã e ao Iraque, por exemplo”, rebate Pretto.

Na Federal de Minas, o DCE tem, pela primeira vez, perfil suprapartidário – a maioria é de esquerda, mas também há um representante do PSDB. “Nosso objetivo é fazer uma gestão voltada para a universidade, que garanta o funcionamento do DCE, e não o seu aparelhamento”, diz o estudante de Engenharia Pedro Coelho Silva, de 20 anos, coordenador-geral do diretório. Filiado ao PT, ele tem um discurso pragmático. “Nossa gestão costuma ser criticada pela relação saudável com a reitoria, mas a gente não concorda com a prática de brigar, confrontar, ocupar. Essa forma de diálogo tem dado mais resultado que os outros métodos.”

O DCE participou das discussões que levaram a UFMG a adotar, em maio, o Enem como primeira fase do vestibular 2011. “Era algo que vinha sendo adiado pela reitoria.”



CLIPPING

Veículo: Site do Consed	Editoria: Notícias	Data: 27/9/2010
Assunto: Redes têm até 24 de outubro para completar os dados		Página: online

Redes têm até 24 de outubro para complementar os dados

O Diário Oficial da União da última sexta-feira, 24, publicou os dados parciais de matrícula enviados pelas redes de ensino ao Censo Escolar da Educação Básica de 2010, por meio do sistema Educacenso. A divulgação atende à obrigatoriedade legal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de liberar informações prévias aos gestores para subsidiar municípios e redes na finalização do processo de preenchimento do censo e correção de eventuais distorções.

O prazo para consolidação do envio e correção vai até 24 de outubro. Findo o período, o banco de dados será fechado. A partir daí, serão divulgados os resultados consolidados do Censo de 2010. Os resultados parciais publicados abrangem apenas as matrículas públicas atendidas pelo Fundeb, que distribui recursos proporcionalmente, consideradas as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino.

São apresentados, para cada rede municipal e estadual de ensino do Brasil, números até agora declarados de matrícula em creches e pré-escolas, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, médio, médio integrado à educação profissional, educação especial, educação de jovens e adultos e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio. Todas separadas por tempo parcial e integral, localização urbana e rural.

Além da publicação dos dados no Diário Oficial, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) envia às secretarias estaduais e municipais de educação relatórios detalhados de matrículas, de transporte escolar, de atividade complementar e atendimento educacional especializado, de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e de educação profissional, de escolas existentes no cadastro e que ainda não informaram os dados e o de diretores ou responsáveis pelas informações declaradas no censo escolar. Todos separados por escola, para que a secretaria de educação possa fazer a conferência e as correções após a publicação dos resultados parciais.

Recursos — Mais de 300 municípios de 21 unidades da Federação devem dedicar especial atenção ao período de complementação e



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163

correção dos dados, pois ainda não enviaram todas as informações. Os gestores e as escolas devem preservar documentos que comprovem as informações declaradas no censo para possíveis verificações.

O preenchimento correto e o envio de dados confiáveis garantem a correta distribuição dos recursos do Fundeb e dos demais programas que usam informações do Educacenso, como distribuição de alimentação escolar, livro didático e transporte escolar.

A divulgação completa dos dados consolidados do Educacenso de 2010 está prevista para o fim de novembro, com os devidos cruzamentos estatísticos e análises.

Assessoria de Imprensa do Inep

ibm



CLIPPING

Veículo: http://www.adjorisc.com.br/	Editoria: Educação	Data: 29/9/10
Assunto: Educação e saúde		Página: online

Joinville sedia 1º Seminário sobre Bullying e Assédio Moral

Visando conscientizar e atuar na prevenção da violência existente em ambientes tão distintos quanto o escolar e o corporativo, está sendo realizado em Joinville o 1º Seminário de Bullying e Assédio Moral, promovido pela Escola do Legislativo em parceria com o Instituto da Cultura, Educação, Esporte e Turismo.

Dirigido principalmente a profissionais das áreas da educação, medicina e direito, o evento acontece durante a manhã e a tarde desta terça-feira (28), no auditório do Centro Diocesano de Pastoral, com a apresentação de palestras e debates entre especialistas no tema.

Abrindo o seminário, a psicóloga Gilda Menicucci, da Clínica de Psicologia de Joinville, uma das apoiadoras do evento, afirmou que mudanças drásticas enfrentadas pela área da educação nas últimas décadas, tanto do ponto de vista do sistema de ensino quanto da formação das famílias, levaram educadores e jovens a uma situação de insegurança.

"Em uma ponta professores com alto nível de estresse e na outra ponta, alunos agressivos, tímidos, com problemas de aprendizagem. Somente com uma parceria entre escola e família no ato de educar, unindo conhecimentos, ética e responsabilidade, conseguiremos encontrar uma solução para esses problemas", disse.

Na mesma linha, o promotor de Justiça da Infância e Juventude de Joinville, Sérgio Joesting, acrescentou que atualmente as crianças acabam prejudicadas por viverem em um ambiente em que é comum a total falta de limites. "Após 20 anos da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, constata-se que ele foi mal interpretado. Precisamos mudar esse conceito: crianças não têm somente direitos, mas também deveres".

E instigou os presentes a agirem com mais rigor em relação aos seus filhos e alunos. "As crianças não são bibelôs que quebram com facilidade. Essa visão tem que mudar para que todos saíamos vencedores nessa luta", completou.

Palestras

Mais do que identificar as causas do bullying, os profissionais que estudam e combatem a violência infantil procuraram passar ao público as formas de se lidar com o problema.

Em sua palestra, intitulada "O que fazer com o que fazem conosco?", Maria Tereza Maldonado frisou que pais e profissionais da educação podem canalizar o fenômeno para o lado positivo. "Vemos que autores de bullying apresentam um sentido inato de



liderança. Se for bem trabalhado, o instinto agressivo da criança pode ser transformado em algo construtivo”.

Mestre em Psicologia pela PUC-Rio e membro da American Family Therapy Academy, Maria Tereza acrescenta que programas anti-bullying devem envolver tanto escola quanto família, mas o ponto central precisa ser a criança. "Os alunos devem ser encarados não como parte do problema, mas como agentes da mudança. Autores de bullying precisam ser muito bem trabalhados para que possam ser redirecionados, estimulando-os a se colocarem no lugar da vítima”.

A palestrante, que é autora de mais de 30 livros na área, preveniu que programas de prevenção à violência são complexos, e exigem o mapeamento do problema e o desenvolvimento de estratégias de ação, possibilitando resultados positivos somente a médio e longo prazo. "Precisamos colocar em prática no cotidiano das nossas escolas e famílias pequenos atos como solidariedade, amor e respeito, num verdadeiro pacto de convivência", completou.

A segunda palestra da manhã, intitulada “Bullying in Drama”, da psicóloga psicodramatista Roberta Balsini, apresentou o depoimento de Camila, que, quando criança, foi vítima da perseguição dos colegas de escola por ser magra e usar óculos. No vídeo, a estudante informa que ainda hoje recorre à ajuda de terapeutas para enfrentar os prejuízos na autoestima, decorridos do bullying. "Sei que vou carregar sequelas pelo resto da vida. Por mais que queira cicatrizar essa ferida, as marcas sempre estarão ali, pois atingiram na alma", completou.

O caso, segundo Roberta, ilustra as diferentes formas como a prática do bullying pode se desenvolver. "Meninos concentram-se mais na violência física, enquanto as meninas recorrem mais à perseguição psicológica". Ela disse que, por mais graves que sejam, todos os casos possuem tratamento. "Conseguimos fazer grandes intervenções, reunindo vítimas e agressores, como o caso de um menino, que não lanchava na escola por medo de um agressor.

Depois do tratamento, vi a vítima sair com um sorriso que nunca tinha visto nele antes. É um trabalho de formiguinha, mas é prazeroso ver uma criança ter uma atitude de coragem aparentemente tão simples como comprar um lanche”.

Roberta, que criou e coordena o projeto bullying na escola e integra o projeto "Cuidando de quem cuida", informou que pais e professores devem estar atentos aos sintomas de quem está sendo vítima do bullying, como apatia, ansiedade, piora nos resultados escolares, falta de vontade de ir à escola, etc. "Devemos manter a atenção muito focada para não deixarmos passar os sinais e podermos atuar na hora certa. Casos não tratados podem evoluir para casos de depressão, esquizofrenia ou até mesmo suicídio", informou.

Segundo ela, a implantação de um programa anti-bullying requer passos simples, como o levantamento do número de casos de violência e o engajamento de todos os professores da escola, que devem inserir o assunto em suas disciplinas. Outras medidas, como desenvolver o tema junto aos estudantes através de trabalhos escolares e o auxílio de psicólogos através de palestras, também auxiliam na busca de resultados positivos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – www.sed.sc.gov.br
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – imprensa@sed.sc.gov - ramais: 6161, 6163; Fax: 6162

"Podemos buscar novos patamares dentro da educação, encontrando formas de atuar que levem em conta nosso potencial criativo. Para isso é preciso inovar e ter a coragem de chamar à escola os pais de alunos agressores e mostrar o que está errado", ensinou. (Alexandre José Back)

72



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 29/9/10
Assunto: Escolas terão câmara de vigilância		Página: 14

EDUCAÇÃO

Escolas terão câmeras de vigilância

Projeto em Rio do Sul quer evitar furtos e vandalismo

RIO DO SUL - A partir de agora, as escolas da rede municipal de ensino estão autorizadas a colocar câmeras de vigilância no espaço interno das unidades. A medida surgiu durante as reuniões das Associações dos Pais e Professores (APPs), como uma forma de garantir a segurança de alunos e funcionários. O sistema ajudaria a evitar roubos, furtos e vandalismo.

A proposta foi levada à Secretaria de Educação e à prefeitura, que solicitou à Câmara a elaboração de um projeto de lei. O empurrão final para aprovação da lei, semana passada, foram as últimas ocorrências policiais em escolas, em especial no Centro Educacional Roberto Machado, arrombado e vítima de vandalismo sete vezes em três meses.

Segundo o projeto, cada uma das 38 unidades municipais deverá ter, no mínimo, duas câmeras que registrem a entrada e a saída dos alunos e funcionários. Os locais de instalação devem estar identificados. As imagens têm de ser gravadas por pelo menos uma das câmeras e arquivadas pela Secretaria de Educação. A divulgação do material deverá ser autorizada pelos pais ou responsáveis.

daniela.pereira@santa.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 29/9/10
Assunto: Educação e saúde		Página: 12

Educação e saúde

Estamos às vésperas da eleição. Hoje, candidatos de todos os matizes aparecem na propaganda gratuita com uma série de garantias. Se um centésimo das promessas fosse, de fato, cumprido, já teríamos um Brasil de Primeiro Mundo. Precisamos ter claro o que exigiremos do novo presidente em áreas sociais, como a educação e a saúde. Somente assim será mais fácil cobrar, fiscalizar e nos mobilizarmos pela consolidação de nossos anseios. Na educação, é mister uma reforma profunda no modelo de ensino superior. É inadiável, por exemplo, frear a criação indiscriminada de faculdades de Medicina. Simultaneamente, o governo deve fazer rigorosa fiscalização nas que estão em funcionamento, fechando as que não oferecem formação adequada. Também precisamos analisar de forma crítica o ProUni, impedindo que se perpetuem escolas ruins em detrimento do aprendizado. Outra prioridade é o estabelecimento do critério adequado de cotas, para evitar as distorções existentes hoje. Não podemos deixar de considerar, ainda, o Enem, que é uma proposta importante, mas que se tornou caótica em vista da incompetência administrativa.

O curso médico deve ter como sua principal vertente formar médicos com ensino baseado na comunidade. Não podemos admitir que seja verdadeira a frase “formar médicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)”. Porém, a busca pela excelência não pode “tapar buraco” na incompetência dos órgãos governamentais. Não se pode falar em policlínicas – atendimento especializado – sem antes tornar o SUS eficiente. O atendimento primário, quando eficiente, resolve 70% dos casos a um baixo custo. Os critérios para a ocupação de cargos públicos devem contemplar o mérito, não questões ideológicas ou político-partidárias.

Posto tudo isso, almejamos que o novo presidente, seja qual for, salve o SUS. Se conseguir fazer com que este cumpra todas as propostas desenhadas no escopo de sua criação, ofereceremos aos brasileiros uma assistência de qualidade.

ANTONIO CARLOS LOPES * * PRESIDENTE DA SOCIEDADE
BRASILEIRA DE CLÍNICA MÉDICA